



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação	
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias				Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)	
0,51%	São Paulo	167.830				171.907		17/agosto 5,201 18/agosto 5,221 19/agosto 5,176 20/agosto 5,193 21/agosto 5,145	R\$ 1.621	R\$ 6,009	13,90%	13,83%	Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07
			19/8	20/8	21/8	24/8							

TRABALHO

Relator da 6x1 quer entregar texto dia 27

PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1 está parada desde maio no Senado Federal, e expectativa de governistas é de que a apreciação da matéria ocorra a partir da próxima semana, no esforço concentrado

» LUÍZA ALTOÉ
» ARMANDO HOLANDA

Com a aproximação das eleições, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciou uma mobilização com aliados para avançar com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala de trabalho 6x1, PEC 221/19, no Senado Federal. O senador Omar Aziz (PSD-AM), relator da matéria na CCJ, afirmou ao **Correio** que pretende protocolar o relatório até quinta-feira desta semana e solicitar ao presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), que pautе a PEC 221/19, na próxima quarta-feira (2/9), quando haverá o esforço concentrado da Casa. Em outros momentos, Alencar já sinalizou que daria uma tramitação rápida à PEC. Ele acredita que a proposta seria aprovada no colegiado com maioria dos votos.

O relator avaliou que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados está redondo, mas admitiu que pode haver alterações. “Pode ser que a gente tenha uma questão aí com as plataformas (de petróleo). Aquelas pessoas que ficam 15 dias trabalhando e 15 dias de folga. Pela PEC 221/19, a pessoa tem de ter, pelo menos, semanalmente dois dias de folga. Aí, tem as Lei Complementares. Como você vai ter um prazo para adequar, nós vamos ter que adequar isso”, explicou.

Por outro lado, aliados ao principal rival de Lula na campanha para a reeleição, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), se organizam para adiar a votação da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Questionado sobre a inserção no texto da PEC 221/19 dos pleitos do setor produtivo, como a implementação de uma compensação para as empresas e um maior período de transição da mudança, Aziz ainda reiterou que a mudança implicaria na matéria retornar para a Câmara dos Deputados, postergando uma aprovação da medida. Vale lembrar que, caso haja modificação substancial do texto, ele volta obrigatoriamente para onde começou a tramitar. A alteração em uma Casa exige nova apreciação da outra Casa, sucessivamente, até que entrem em acordo sobre o texto.

André Corrêa/Agência Senado



Relator da PEC 221/19 na CCJ do Senado Federal, Omar Aziz (PSD-AM), admite que pode haver alterações no texto da matéria

Uma postergação da aprovação final da PEC 221/19 pode atrapalhar os planos do governo, que pretendem andar com a matéria já na próxima semana. O líder do governo no Congresso Nacional, senador Raulo de Faria (PT-AM), previu em vídeo uma votação para a próxima quarta-feira (2). O próprio presidente Lula também entrou em ação nas redes sociais: “Tem gente que joga contra os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, mas o nosso governo está mobilizado para a aprovação do fim da escala 6x1, sem redução do salário”, escreveu.

Ambos relacionaram a mudança com a ideia de o trabalhador ter mais tempo para cuidar da saúde e da família. O mesmo foi reiterado pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, que avaliou a articulação bolsonarista pelo adiamento da matéria como uma atuação de Flávio Bolsonaro contra os trabalhadores: “Esse é Flávio Bolsonaro. Não é adversário do Lula, é adversário dos trabalhadores brasileiros.”

Aliados de Flávio se articulam para postergar a votação da PEC na CCJ para depois das eleições. A avaliação é de que se a matéria for aprovada neste momento, as chances do presidente Lula ser reeleito aumentam. Por isso, a oposição deve apresentar pedidos de vista — instrumento que suspende temporariamente a discussão de um projeto em uma comissão — e emendas para alterar o texto.

Conforme o regime interno do Senado, o pedido de vista somente pode ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e prorrogável de cinco dias. Nesse cenário, Otto pode optar por prazos menores, como de algumas horas, para garantir a tramitação ágil da matéria no colegiado.

Durante evento no fim de semana, a coordenadora do plano econômico de governo de Flávio Bolsonaro, Daniella Marques, afirmou que a PEC é “um debate populista e inócua na realidade atual das famílias brasileiras”. “É uma ficção dizer que está se concedendo alguma coisa

enquanto quem produz não vai ter condição e vai ter um custo enorme em relação a isso”, acrescentou.

Regime alternativo

Na CCJ, também tramita uma PEC protocolada pelo líder da oposição no Senado Federal, Rogério Marinho (PL-RN), que cria um regime alternativo à CLT e ao modelo de fim da escala 6x1 apresentado pelo governo. O texto defendido pela oposição estabelece a remuneração de acordo com as horas trabalhadas, em comum acordo individual entre empregado e empregador.

Aziz, no entanto, afirmou que a proposta não deve ser incluída no seu relatório da PEC 221/19 e avalia que a medida poderia abrir uma brecha na legislação. “O que você está tentando é melhorar a saúde mental das pessoas, porque você está tendo um excesso de carga horária, e isso não permite que a pessoa conviva com a família. Se você colocar hora extra, vai ter gente

que vai querer fazer, então, a lei não vai valer”, explicou.

Da parte da oposição, há uma expectativa, também, de que, adiando a votação para depois das eleições, o texto defendido por eles seja debatido em conjunto com o do governo. Um líder falou ao **Correio**, sob reserva, que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), estaria descumprindo um acordo firmado anteriormente, em que garantiu que a matéria só teria andamento após as eleições.

A expectativa da oposição é de que haja, no mínimo, audiências públicas para debater a matéria antes de ela ser apreciada pelo colegiado. Segundo fontes, há uma negociação em curso para que audiências públicas sobre a matéria ocorram também na semana de esforço concentrado prevista para a semana que vem.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), líder do partido na Casa, apresentou um requerimento de audiência pública para um aprofundamento da discussão sobre a



Tem gente que joga contra os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, mas o nosso governo está mobilizado para a aprovação do fim da escala 6x1, sem redução do salário"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

importância e os impactos da mudança para a sociedade e para os setores produtivos. Ele sugeriu a presença de representantes de centrais sindicais, assim como dos setores que devem ser impactados economicamente com a medida.

A PEC 221/19 estava travada no Senado desde maio deste ano, quando foi aprovada na Câmara dos Deputados. Entre outras medidas, a proposta estabelece o limite de 40 horas semanais e oito horas diárias, com dois dias de folga semanais remunerados. A redução das 44 horas para 40 será gradual, reduzindo para 42 horas após 60 dias da publicação da emenda. Somente após 12 meses do término desse primeiro prazo é que o limite de 40 horas semanais passará a ser obrigatório.

A matéria teve andamento na Casa após uma melhora na relação entre Lula e Alcolumbre. Nas últimas semanas, eles tiveram uma série de encontros informais fora das agendas, em que discutiram o andamento de propostas prioritárias para o governo. Além do fim da escala 6x1, outra prioridade do governo, a PEC da Segurança Pública, também teve andamento na CCJ. Essa aproximação beneficia o petista, que consegue destravar uma proposta que cria uma forte bandeira popular voltada para os trabalhadores em ano eleitoral. Se aprovada, entra no rol de grandes entregas sociais da gestão atual.

BRASIL SOBERANO

Novas linhas de crédito de até R\$ 13,5 bi

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) delimitou, ontem, uma nova rodada do Plano Brasil Soberano com linhas de crédito destinadas para empresas exportadoras prejudicadas por questões geopolíticas, como sobretaxas dos Estados Unidos e o conflito no Oriente Médio.

Decidida pelo Conselho Interministerial do plano, a resolução publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) prevê a aplicação de R\$ 13,5 bilhões em novas linhas de financiamento. Essa foi a quarta iniciativa do Plano Brasil Soberano, desde quando foi lançada pelo governo federal, em agosto do ano passado.

De acordo com a recente medida, R\$ 5 bilhões do montante total serão destinados aos exportadores e seus fornecedores afetados pela aplicação de novas sobretaxas de até 37,5% aos produtos brasileiros por parte dos Estados Unidos desde o mês passado.

Os R\$ 5 bilhões restantes do montante total dessa nova etapa do Brasil Soberano serão divididos em três linhas de crédito: R\$ 1 bilhão será destinado a “setores industriais relevantes ao comércio exterior brasileiro”, enquanto os outros R\$ 4 bilhões serão divididos entre fabricantes de adubos e fertilizantes (R\$ 2 bilhões) e empresas que atuam em atividades industriais e tecnológicas na cadeia de minerais

críticos e estratégicos (R\$ 2 bilhões).

A resolução foi assinada pelos ministérios da Casa Civil, do Planejamento e Orçamento e da Fazenda, poucos dias após o telefonema entre Lula e o presidente norte-americano, Donald Trump, no qual ambos concordaram em tratar das tarifas sobre as exportações brasileiras em um eventual encontro bilateral.

Os impactos do tarifaço de Trump às exportações brasileiras aos Estados Unidos podem ser medidos a partir de dados extraídos do Comex Stat, plataforma do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) sobre números do comércio exterior. Apenas em julho, os embarques de produtos brasileiros para

os EUA encolheram 5%, na comparação com o mesmo mês de 2025, para US\$ 3,6 bilhões.

E, no acumulado de janeiro a julho, as exportações brasileiras para os EUA somaram US\$ 21 bilhões, dado 12,2% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado. Esse recuo representa cerca de US\$ 2,9 bilhões a menos em vendas do país para o segundo maior mercado do país no exterior, atingindo o menor nível para o período em três anos.

Ainda de acordo com a resolução publicada ontem, fornecedores e empresas que exportam para países do Golfo Pérsico, afetados pelos impactos da guerra no Oriente Médio, serão contemplados com R\$ 3,5 bilhões em crédito.



O impacto das exportações brasileiras a países como Irã, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait e Omã foram de queda de pouco mais de 2% na comparação de janeiro a julho

deste ano com o mesmo período no ano passado. De acordo com dados do Mdic, o Brasil exportou US\$ 7,3 bilhões para o Golfo Pérsico, em 2025, e, neste ano, o montante recuou para US\$ 7,1 bilhões.